

---

# SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL  
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

---

## Crise do capital e governo Bolsonaro: impactos sobre a saúde pública brasileira<sup>1</sup>

*Capital crisis and Bolsonaro government: impacts  
on Brazilian public health*

*Crisis de capital y gobierno de Bolsonaro: impactos  
en la salud pública brasileña*

Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-5238-5262>

Recebido em: 24/02/2022

Aprovado em: 08/05/2023

**Resumo:** Objetivamos, no presente artigo, realizar uma análise sobre a forma como a crise do capital afeta o regime político brasileiro e de que modo a ascensão do governo Bolsonaro ao poder impacta a saúde pública no Brasil. Para o alcance de nosso objetivo, partimos de um referencial teórico marxista, de maneira que realizamos um levantamento bibliográfico a partir de artigos científicos em periódicos acadêmicos. Do ponto de

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil. Código de financiamento 001. A produção do artigo foi fruto do trabalho final da disciplina Dinâmica do Capitalismo e a Economia da Saúde Pública, ministrada pelo prof. dr. Áquilas Mendes, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), no segundo semestre de 2021.

2 Licenciado em Geografia (UFCG). Bacharel em Administração (UEPB). Mestre em Ciências Sociais (UFCG). Discente do PPGCS/UFCG. E-mail: <kleiton\_wagner@hotmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9493068381215825>>.

vista dos procedimentos analíticos, efetuamos a leitura crítica e um diálogo com os distintos autores. Nossos resultados indicam que o governo Bolsonaro amplia o leque de ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o aumento dos gastos com juros e serviços da dívida, além de, em meio à pandemia, usar a crise sanitária para abrir mais espaço para a acumulação do setor rentista do capital, utilizando, assim, uma estratégia de disseminação viral, provocando um excesso de óbitos.

**Palavras-chave:** Crise do capital. Governo Bolsonaro. Saúde pública.

**Abstract:** In this article, we aim to carry out an analysis of how the capital crisis affects the Brazilian political regime, and how the rise of the Bolsonaro government to power impacts public health in Brazil. In order to reach our goal, we started from a Marxist theoretical framework, so we carried out a bibliographical survey based on scientific articles in academic journals. From the point of view of analytical procedures, we carried out a critical reading and dialogue with the different authors. Our results indicate that the Bolsonaro government expands the range of attacks on the Unified Health System (SUS) by increasing spending on interest and debt services, in addition to, in the midst of the pandemic, using the health crisis as a way to open more space for the accumulation of the rentier sector of capital, thus using a viral dissemination strategy, causing a large number of deaths in Brazil.

**Keywords:** Capital crisis. Bolsonaro government. Public health.

**Resumen:** En este artículo, nuestro objetivo es realizar un análisis de cómo la crisis del capital afecta el régimen político brasileño y cómo el ascenso del gobierno de Bolsonaro al poder impacta la salud pública en Brasil. Para llegar a nuestro objetivo partimos de un marco teórico marxista, por lo que realizamos un levantamiento bibliográfico a partir de artículos científicos en revistas académicas. Desde el punto de vista de los procedimientos analíticos, realizamos una lectura crítica y un diálogo con los diferentes autores. Nuestros resultados indican que el gobierno de Bolsonaro amplía la gama de ataques al Sistema Único de Salud (SUS) al aumentar el gasto en intereses y servicios de la deuda, además de, en medio de la pandemia, utilizar la crisis sanitaria como una forma de abrir más espacio para la acumulación del sector rentista del capital, utilizando así una estrategia de difusión viral, provocando un gran número de muertes en Brasil.

**Palabras clave:** Crisis del capital. Gobierno de Bolsonaro. Salud pública.

## INTRODUÇÃO

O capitalismo, conforme descrito e apresentado por Marx, implica singularidades e especificações inerentes a cada formação econômico-social. Como primeiro modo de produção global, se manifesta de forma desigual e combinada, engendrando padrões diferenciados de materialização dos seus dinamos econômicos, sociais e políticos. Em momentos de crise, há processos congênitos ao sistema que maximizam os ataques às classes trabalhadoras com o intuito de extrair mais-valor. São processos que não ocorrem de forma homogênea no mundo, conforme aponta Florestan Fernandes (1973), pois o capitalismo se disseminou de forma diferenciada, aglutinando e modificando elementos autóctones de cada formação. Tal constatação se reflete na forma como os regimes políticos são promovidos, com diferenciações históricas e especificidades locais/regionais, de maneira que, na periferia do sistema, apresentam uma configuração autocrática, que demarca modos diferenciais de como a crise do capital se manifesta, sendo que, em países como o Brasil, ela influencia o estrangulamento das demandas sociais, como a da saúde pública.

Nesse sentido, ao tentarmos entender melhor esse fenômeno, objetivamos com o presente artigo realizar uma análise sobre a forma como a crise capitalista afeta o regime político brasileiro e de que modo a ascensão de Bolsonaro ao poder impacta a saúde pública no Brasil. Para o alcance de nosso objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico em livros e periódicos acadêmicos com o intuito de selecionar autores que abordem a temática. Realizada essa seleção, partimos para a leitura e a análise crítica de seus conteúdos, de modo a nos aproximar das argumentações dos autores como uma forma de contrabalançar tais informações com dados empíricos sobre o financiamento da saúde no País. Dessa forma, o presente artigo apresenta um total de três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, compreenderemos o significado da crise no capitalismo, com destaque para a contemporaneidade. Em um segundo momento, observamos em que medida tal crise engendrou no Brasil uma crise de direção, que possibilitou a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018. Na terceira parte, fazemos a mediação entre essa correlação e os impactos sobre a saúde pública, de modo a visualizar em que medida tal governo agiu para enfraquecer o SUS.

## CRISE E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Marx (2013) nos apresenta a tese de que o modo de produção capitalista tem na mercadoria a sua gênese. Embora as mercadorias não sejam um elemento específico a esse modo de produção, é nele que sua forma de valor assumirá um processo de diferenciação diante da contradição entre as necessidades humanas e a acumulação de capital. Nesse sentido, Marx (2014) evidencia que, além da exploração promovida pelos detentores dos meios de produção, do ponto de vista da composição orgânica do capital, há o aumento constante de investimentos do capital e a diminuição do capital variável, engendrando a queda tendencial da taxa de lucro. A composição orgânica do capital apresenta variações entre os países capitalistas, uma vez que o capitalismo, como um modo de produção global, impulsiona formas de superexploração do trabalho em formações periféricas/dependentes (MARINI, 2017).

Trata-se de um fenômeno que é acompanhado pela manifestação de contratendências. Marx (2017) apresenta um total de seis processos que atuam como contratendências à queda da taxa de lucro: (I) aumento do grau de exploração do trabalho; (II) compressão do salário para que fique abaixo do seu valor; (III) barateamento dos elementos do capital constante; (IV) superpopulação relativa; (V) influência do comércio exterior; e (VI) aumento do capital acionário. Observamos não haver exclusivamente um movimento unidirecional à queda, mas há formas que sobrecarregam a força de trabalho, exigindo um aumento e novas formas de exploração. É um movimento que acarreta crises que sempre estiveram presentes no curso do capital. Callinicos (2014) argumenta que, em “O Capital”, de Marx, é possível visualizar uma teoria da crise, agrupada em três núcleos: (I) implicação do surgimento de crises (devido à natureza da troca de mercadorias) e sistema de crédito contemporâneo, além da atuação do departamento de bens de produção e de bens de consumo; (II) interação entre as variações nas taxas de salários e no exército industrial de reserva, atrelados ao giro do capital fixo; e (III) interação entre a queda tendencial da taxa de lucro, o ciclo das bolhas e o pânico gerado nos mercados financeiros como elementos causais das crises econômicas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Roberts (2018) argumenta que há, desde a década de 1970, uma queda tendencial dos lucros das empresas. Por outro lado, há uma indicação de que o setor financeiro tem aumentado seus ganhos por meio de artifícios como debêntures, aplicações

financeiras e uso das dívidas mobiliárias e dos papéis das dívidas estatais para aplicar capital, objetivando o retorno com as taxas de juros. Ainda dentro desse contexto, quando tratamos da variação percentual de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), também podemos perceber uma acentuada linha tendencial de variações negativas do PIB mundial no início das décadas de 1960 e 1970. Para Roberts (2018), mesmo que ocorra uma variação positiva advinda das políticas neoliberais, ela encontra limites a partir de 2008, com a crise dos *subprimes* do setor imobiliário nos Estados Unidos (TONELO, 2021). É uma tendência que se repete no PIB dos países pertencentes ao G8, uma vez que, em termos de média ponderada, percebemos variações negativas a partir de meados da década de 1970, comportamento que se repete em 1995, 2008 e 2020. No caso brasileiro, embora existisse crescimento econômico no período militar, baseado em uma política concentradora de renda, também ocorreram quedas percentuais do PIB, na ordem de -4,39% no final da década de 1970. Em que pese tal decréscimo, salienta-se que o setor financeiro vem tomando centralidade na acumulação capitalista. Segundo Chesnais (2005), a partir da década de 1970, o crescimento dessa esfera se explica devido às desregulamentações financeiras e ao poderio econômico-financeiro dos Estados Unidos. Embora os dinamos que influenciaram o crescimento dessa esfera não estejam totalmente desvinculados da produção, ele se materializa quando os capitalistas procuram possibilidades de ganho pela especulação financeira ou pela compra de títulos da dívida, obtendo rendimentos dos juros e encargos das dívidas, assim como ocorre no Brasil, mediante o sistema da dívida (SANTANA, 2018).

A taxa de lucratividade das empresas do setor produtivo vem apresentando decréscimo desde a década de 1990. Desde aquele período, há um esforço, sobretudo dos Estados Unidos, para a conformação de uma mundialização das finanças, mediante o capital portador de juros. Embora esse movimento não esteja desvinculado da esfera produtiva, percebemos uma elevação da esfera financeira, que passa, em certa medida, a hegemonizar os ritmos de acumulação do capital. Kliman (2005) argumenta que, nos Estados Unidos, as taxas de retorno dos investimentos dos ativos fixos têm apresentado queda desde a década de 1960. Realidade que tem conduzido um movimento decrescente da taxa de crescimento, acarretando um aumento do endividamento, somado às políticas fiscais e monetárias de estímulo econômico, que funcionam como paliativos, mas que não conseguem resolver o problema da tendência decrescente da taxa de lucro.

É importante demarcar que, por vivenciarmos uma economia interconectada, em países como o Brasil, que apresentam um grau de dependência elevado em relação às economias centrais, cuja exploração da força de trabalho ganha contornos de superexploração, a crise econômica acarreta a disputa pelo orçamento público pelas distintas frações da burguesia, além de influenciar a tomada de medidas associadas à austeridade fiscal e aos cortes de gastos públicos. Tais dinamos, na periferia do capital, exigem um regime político autocrático, além de governos conciliatórios que administrem a crise, a exemplo da experiência que o Brasil teve nos 13 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), como veremos no tópico a seguir.

## **O PT E A CRISE DE DIREÇÃO: ANTESSALA PARA A ASCENSÃO DE BOLSONARO**

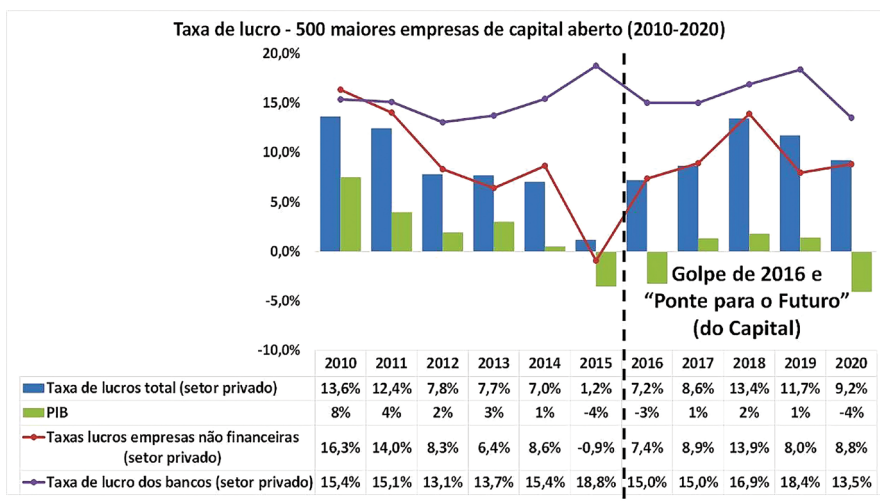
A formação econômico-social brasileira se constituiu pela inserção dependente no modo de produção capitalista, passando por um processo de revolução burguesa diferente do verificado na composição clássica de países como Inglaterra e França (FERNANDES, 2020). As grandes transformações e os processos de modernização realizados no Brasil foram pactuados entre as frações da classe burguesa, sem participação ativa das classes trabalhadoras e de grupos subalternos. Tal realidade engendra dinâmicas próprias existentes em formações latino-americanas, que denotam regimes políticos autocráticos, devido à necessidade de administrar as contradições do capital.

Para Mathias e Salama (1983), há uma distinção entre formações econômico-sociais desenvolvidas e subdesenvolvidas no tocante ao tipo de regime político e a sua relação com o Estado e as classes sociais. Esses autores partem da diferença existente entre Estado e regime político, sendo que o Estado é uma abstração, cuja natureza de classe deriva do capital nos países desenvolvidos, enquanto nos subdesenvolvidos seria derivada da economia mundial constituída. Nos países capitalistas desenvolvidos, a democracia seria a norma; nos subdesenvolvidos, a exceção. No caso brasileiro, ao passarmos pelo Estado escravista, especificamente no Primeiro e no Segundo Império, a sua democracia era restrita e fechada aos estamentos e a algumas pequenas porções intermediárias. Com o advento da República, essa situação não se altera e se mantém nos anos de 1930 e posteriormente com o Estado Novo (FERNANDES, 1994).

O que Florestan Fernandes nos apresenta é um caráter peculiar da formação econômico-social brasileira, mas que podemos interpelar com a noção de regime político e Estado desenvolvida por Mathias e Salama (1983). Nos rápidos momentos de participação dos trabalhadores na configuração política do regime burguês, sempre houve a supressão de suas demandas. O período da ditadura militar inaugurado na década de 1960, mediante um golpe de Estado, também é emblemático. Os anseios pelas reformas de base representavam para a classe burguesa brasileira um apanágio que deveria ser contido de todas as formas, inclusive pelo uso da coerção militar. O regime militar, nos seus distintos momentos, com o bipartidarismo e a supressão das liberdades democráticas, por intermédio dos atos institucionais, acarretou um golpe às classes trabalhadoras. E, no mesmo sentido, ações autocráticas foram realizadas objetivando transformações no território brasileiro, manejando a política econômica de modo a atender aos interesses das classes dominantes, com concentração de renda e aprofundamento das iniquidades sociais. Trata-se de um movimento que também é percebido no processo de redemocratização e de transição pactuada para a conformação da Nova República, em 1988. Tais pactuações manifestaram os interesses das classes burguesas em um regime político blindado às classes trabalhadoras. Se na Constituição Federal de 1988 houve o espaço para a inserção de pautas como a da Seguridade Social, constatamos que, no decorrer de sua existência, ocorreram diversas emendas constitucionais e inúmeros constrangimentos à materialização de políticas sociais. Desde a redemocratização, passando pelos governos Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, com as distintas especificidades, as classes trabalhadoras foram alvo de ataques, ainda que nos governos petistas a política conciliatória tenha conseguido realizar a manutenção de interesses das distintas frações burguesas, bem como políticas que beneficiaram as classes trabalhadoras, por meio de políticas sociais.

A crise econômica mundial de 2008 apresentou fortes impactos no Brasil nos anos posteriores. Pinto (2021), ao trabalhar com dados das 500 maiores empresas de capital aberto em atuação no Brasil, evidenciou que as taxas de lucro das empresas não financeiras do setor privado vinham apresentando quedas até 2015, mas que tais empresas vinham conseguindo se recuperar um pouco dessas taxas nos anos seguintes, após o golpe de 2016. No caso das taxas de lucro dos bancos privados, os dados indicam uma retomada a um patamar superior a 18% no ano de 2019, conforme mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 1.** Taxa de lucro das 500 maiores empresas de capital aberto (2010–2020)



Fonte: Pinto, 2021.

Pesquisadores como Sousa (2019) argumentam que o golpe aplicado sobre a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 não foi um advento digno da seriedade das instituições brasileiras e muito menos uma ação contra a corrupção. Em 2013, o gotejamento, pela mídia, da imagem de um PT corrupto e o fortalecimento da operação Lava-Jato (tendo, à frente, Sérgio Moro, ex-ministro do governo Bolsonaro) influenciaram um contexto para que, naquele período, ocorressem manifestações de rua em todo o País, um movimento complexo e policlassista. Dizemos que influenciaram porque, do ponto de vista concreto, o giro político realizado pelo PT em meio às dificuldades de manutenção da perspectiva conciliatória e a própria crise do capitalismo dependente brasileiro foram elementos palpáveis e materiais nesse processo (BARBIERI, 2019).

O aumento do desemprego – que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cresceu de 6,98% em 2013 para 11,6% em 2016 –, a diminuição do poder de compra das classes trabalhadoras e o impacto da crise econômica sobre distintos setores da classe média brasileira serviram como dínamo para que ocorressem manifestações de rua, que demarcavam a insatisfação das frações da burguesia com a gestão petista. Mattos (2020) explora a ocorrência de tais manifestações, demonstrando que, em 2015 e 2016, os participantes em sua maioria eram da classe média e brancos, tinham escolaridade universitária e rendimentos superiores a quatro salários mínimos, características tais

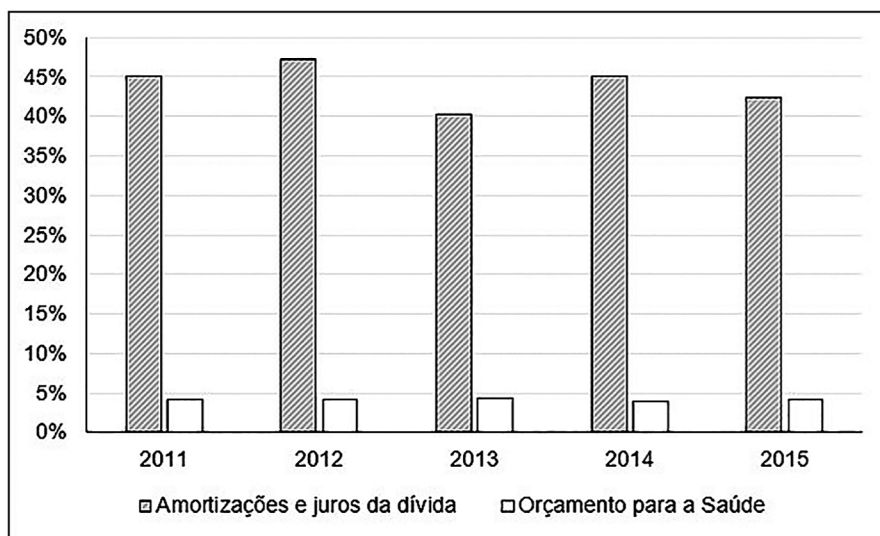


que demonstravam um corte de classe nas pautas, dentre as quais o autor destaca: (I) bandeira contra a corrupção; (II) rechaço ao PT; e (III) aprovação do *impeachment* contra Dilma.

Adicionados a esse caldo de elementos, temos ainda: (I) o fato de que o PT também promoveu a contrarreforma da previdência nos governos Lula e Dilma; (II) o aprofundamento do gerencialismo no âmbito público; (III) o avanço da terceirização e da precarização do trabalho; (IV) o estímulo à educação privada pela via do financiamento público; e (V) a burocratização em termos de implantação dos espaços de decisões populares, muitas vezes institucionalizados, mediante os conselhos de gestão. A experiência do PT na gestão do capitalismo dependente brasileiro confirmou mais uma hegemonia às avessas, temperada na conciliação e na burocratização das instâncias e das aspirações dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2018), em que pesem os claros sinais de conformação e transformismo do partido (COELHO, 2005).

Nesse processo, a fração financeira, por intermédio do sistema da dívida pública, auferiu ganhos preponderantes na gestão petista (SANTANA, 2018). Na administração realizada por Dilma, durante o período de 2011 a 2015, o montante gasto com juros e despesas da dívida sempre ultrapassou mais de 40% de todo o orçamento público federal, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

**Gráfico 2.** Gastos com juros e amortizações da dívida e orçamento federal para a saúde



**Fonte:** Auditoria Cidadã da Dívida. Elaboração própria.

No entanto, não se trata de um movimento apenas realizado sob o governo petista, uma vez que é um fenômeno estrutural na formação econômico-social brasileira, pelo menos desde a década de 1990, especialmente com a implantação do plano real e a abertura da economia brasileira à desregulamentação financeira, por intermédio das diretrizes do consenso de Washington. Mendes (2012) demonstra que, desde aquele período, o Sistema Único de Saúde (SUS) vivencia constrangimentos em seu financiamento. Apesar disso, o que queremos pontuar de modo mais específico é que, em meio ao giro político inerente à crise de direção que o PT passou a enfrentar, o terreno foi preparado, em nossa avaliação, para o surgimento de uma figura como Bolsonaro. Apesar disso, não se trata de um fenômeno novo, conforme já foi refletido pelo marxista sardo Antonio Gramsci (1891–1937). Para o referido autor, em um determinado ponto da história, os grupos que compõem a sociedade se separam dos partidos tradicionais que professavam seus interesses. Tais partidos não são mais reconhecidos como defensores dos interesses de classe e de frações de classes, razão pela qual se instala uma crise de contornos delicados e perigosos, tendo-se em vista que, nesses momentos, há aberturas para soluções no campo político pelo uso da força e de potências ocultas existentes em homens e mulheres providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, 2007).

Trata-se de um contraste que se conforma entre representantes e representados e que se manifesta de forma diferenciada em cada formação econômico-social, mesmo que seu conteúdo seja semelhante. Tal conteúdo seria o da crise de hegemonia da classe dirigente, crise esta formada ou porque a classe fracassou em alguma empresa política na qual aplicou força ou consenso ou porque as massas passaram da passividade para a atuação política, pautando reivindicações próprias. Ainda assim, mudanças bruscas do centro de gravidade da política podem ocasionar resultados diversos, já que o nível de organização dos estratos diferenciados da sociedade não possui a agilidade necessária para, nos momentos de crise, se organizar como força política e, mesmo em tais momentos, a classe dominante, devido ao seu poderio econômico, político e social, consegue se mobilizar de forma ágil, mediante a experiência e a existência de estruturas sedimentadas na sociedade política e na sociedade civil.

No caso da conjuntura política brasileira que levou ao golpe institucional em 2016, componentes moleculares – como a forma de

condução do capitalismo dependente brasileiro em crise e a perda do consenso petista em torno de uma perspectiva conciliatória que fomentava a passividade dos setores subalternos – influenciaram para que Temer assumisse a centralidade da condução política, que, mesmo em crise, trouxe como moeda seu programa “uma ponte para o futuro” do capital. Não é à toa que surgiram, então, ataques como a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que congelou os gastos em políticas sociais por 20 anos e foi aprovada em seu governo. Embora nas eleições de 2018 o PT tenha colocado Fernando Haddad no segundo turno, o cenário de crise orgânica fez emergir um espaço ocupado por Jair Bolsonaro, um homem “providencial”, um “Messias”, corporificado nos bons costumes e na moralidade cristã.

No regime político brasileiro, as eleições ganham contornos de representatividade, quando a burguesia e suas frações de classe colocam em pleito seus projetos políticos como se fossem de todas as classes. Quando analisamos os fatos concretos procurando mediações entre as múltiplas determinações da crise orgânica brasileira, avaliamos que Bolsonaro, em si, não foi o homem providencial ideal pelo qual a burguesia dependente brasileira ansiava. Enquanto o governo do PT pôde manter o consenso com base em pequenas concessões aos trabalhadores, o plano vinha funcionando de forma cadenciada. Bolsonaro, apesar de defender interesses da burguesia, apresentou um estilo bélico e previsível, com suas declarações públicas e ações, embora tenha realizado o dever de casa, no sentido de oferecer um maior espaço de acumulação às frações burguesas, em especial a rentista.

Presumimos que um regime de democracia restrita e blindada aos anseios das classes populares necessita de um estilo conciliador, especialmente no quesito internacional, após a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos, figura política ao qual o governo Bolsonaro manteve subserviência desmedida (DEMIER, 2017). Mas em que pese seu estilo bélico, o ultraliberalismo praticado por Bolsonaro, mesmo em meio a uma pandemia, que já ocasionou mais de 600 mil mortes em todo o Brasil, parecia não indicar que a classe trabalhadora teria dias de paz. Cabe salientar que entendemos por ultraliberalismo o momento contemporâneo do modo de produção capitalista que conta com a ascensão de governos autoritários não apenas no Brasil, mas no mundo. Governos estes que intensificam a defesa do mercado capitalista e a restrição das despesas públicas. Neste caso, o

neoliberalismo, para realizar mais ataques contra o polo do trabalho, necessita do autoritarismo e do conservadorismo radical para se tornar “ultra” (BOFFO; SAAD-FILHO, 2019).

No Brasil, visualizamos tal expressão no golpe aplicado sobre a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e no avanço reacionário e antidemocrático diante das demandas populares (CARNUT; MENDES; GUERRA, 2021). Na saúde pública, tópico que exploraremos a seguir, tal panorama se expressou no governo Bolsonaro mediante a realização de manobras como uma forma de abrir mais espaço para a acumulação capitalista e aprofundar o desfinanciamento promovido pela EC 95/2016 de forma mais intensa. Sua ingerência sanitária perante a pandemia apresentou claros sinais de uma tática de promover a imunidade de rebanho por contaminação, conforme tese argumentada pela professora Deisy Ventura (CEPEDISA, 2021).

## **GOVERNO BOLSONARO E AUTOCRACIA BURGUESA: IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA**

O governo Bolsonaro não é homogêneo. Mattos (2020) destaca pelo menos três núcleos de sua composição: (I) militar; (II) ideológico; e (III) econômico-liberal. No primeiro núcleo, houve a ocupação de cargos por militares, do primeiro ao quarto escalão dos ministérios, das secretarias, das autarquias e das fundações federais. No núcleo ideológico, destaca-se a influência exercida pelo autointitulado “filósofo” Olavo de Carvalho, como demonstra Calil (2021). Nesse plano, houve uma apelação para temas associados ao comunismo, ao marxismo, à ideologia de gênero e ao negacionismo científico. No núcleo econômico, destacou-se a figura de Paulo Guedes, ex-ministro da Economia, que esteve no governo Bolsonaro desde o início. Podemos afirmar que a política econômica do referido governo aprofundou o estrangulamento fiscal imposto aos mais pobres e aos trabalhadores, com clara redução dos gastos em despesas e políticas sociais.

Somado à citada política econômica, observamos o aumento de despesas com juros e amortizações da dívida, que, em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, atingiu cerca de 38,27% do orçamento federal e, em 2020, um total de 39,08%. No campo da saúde pública, em 2019, foi aprovada a Portaria nº 2.979/2019, que instituiu o programa

Previne Brasil, que operacionalizou um novo modelo de financiamento para a Atenção Básica à Saúde, baseado em três critérios: (I) captação ponderada; (II) pagamento por desempenho; e (III) incentivo para ações estratégicas.

O que aparentou trazer um ar de modernização para a gestão escondia uma política excludente, baseada na neofocalização de recursos para aqueles que estão cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde. Além disso, Mendes (2021) indica que o processo de implantação da referida política não contou com amplo debate prévio com o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dentre os impactos mais deletérios dessa nova forma de alocação de recursos, destacam-se os seguintes pontos: (I) a extinção do Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo); (II) a extinção do financiamento diretamente relacionado aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); e (III) o aprofundamento do gerencialismo na saúde pública, mediante o pagamento por desempenho.

O Previne Brasil institucionaliza um SUS operacional, sendo contraditório com o princípio da universalidade, atingindo a Atenção Básica, considerada a porta de entrada do sistema. Trata-se de uma lógica que também permitiu o aprofundamento do desfinanciamento da saúde, permitindo a privatização pelo gerencialismo. Além disso, passa a ideia de que a lógica privada é a melhor, por saber alocar recursos de modo eficiente e eficaz (ORTIZ; FUNCIA, 2021).

Com a pandemia de Covid-19 e as declarações bélicas de Bolsonaro e de seus ministros sobre a Covid-19, o nível de ataque à saúde pública ganhou contornos trágicos. O Brasil, mesmo tendo um dos maiores e mais reconhecidos sistemas públicos de saúde, também se localiza entre os países com os maiores índices de óbito. As declarações do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, acerca da origem do Sars-Cov-2 e da China, também ocasionaram problemas diplomáticos entre os países (IBAÑEZ, 2020).

O desapego pela vida, expresso nas ações de Bolsonaro em aparições públicas, que se aglomerava com a multidão e não usava itens básicos de proteção, como a máscara, não só reforça a dicotomia realizada pelo ex-presidente entre a economia e a saúde, mas também endossa uma postura desmedida em relação às parcelas mais pauperizadas da sociedade brasileira. A ideia de que a imunização por contaminação

seria mais rápida e eficiente no controle da pandemia foi ventilada por Bolsonaro inúmeras vezes, além do estímulo dado ao uso, de forma descontrolada, de medicamentos como a hidroxicloroquina, como uma forma de estimular um “tratamento” e, assim, encorajar os trabalhadores e as trabalhadoras a ficar expostos ao Sars-Cov-2, de modo a não ser mais necessário o estabelecimento de medidas restritivas às relações comerciais.

Os documentos e os depoimentos expostos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) também demarcaram as ações realizadas naquele governo que reforçam a tese, argumentada pela professora Deisy Ventura, de que Bolsonaro tentou realizar uma imunidade de rebanho por contaminação, mediante a veiculação de *fake news*, a obstrução de ações das demais unidades federativas e o estímulo ao uso de remédios sem ampla comprovação científica para um suposto tratamento precoce (CEPEDISA, 2021). Uma das políticas que o governo Bolsonaro glorificou e usou como peça eleitoral em 2022, que foi o auxílio para trabalhadores informais e famílias de baixa renda, financiado por créditos extraordinários, demonstra a forma como o seu governo queria lidar com tal área da assistência. Inicialmente, a proposta do auxílio era de parcelas no valor de R\$ 200,00, elevado depois para R\$ 600,00, após manifestação da oposição no Congresso Nacional. Em que pese esse fato, o gasto com juros e amortizações da dívida cresceram 33% em relação ao ano de 2019 e o “orçamento de guerra” realizado pelo Governo Federal, mediante a Emenda Constitucional nº 106/2020, também permitiu o uso dos recursos para o pagamento de juros e encargos da dívida, dando possibilidade ao Banco Central para comprar e emitir títulos da dívida (FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021; BRASIL, 2020).

Comparados aos gastos com saúde em 2020, os gastos com juros e encargos da dívida poderiam multiplicar sobremaneira tanto as ações e os serviços públicos em saúde, quanto fornecer mais recursos para o auxílio emergencial, que foi posteriormente reduzido pelo governo para um valor de R\$ 300,00. Nesse caso, enquanto a saúde teve um incremento de R\$ 36,28 bilhões, os gastos com juros e amortizações da dívida aumentaram R\$ 344 bilhões. Em 2021, o quadro também não se alterou, pelo fato de que o orçamento público daquele ano destinou mais de R\$ 2,236 trilhões para os gastos com juros e amortizações da dívida pública (FATTORELLI, 2020; FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021)

Enquanto a saúde pública brasileira ainda vivencia o processo de desfinanciamento ocasionado pela EC 95/2016, percebe-se um aumento das despesas que alimentam as frações rentistas do capital, sem nenhuma contrapartida material em termos de investimento público. A isso se soma o fato de que, em meio à crise sanitária, um total de R\$ 1,216 trilhão foi concedido pelo Banco Central aos bancos brasileiros. Tal valor, quando comparado ao despendido na crise global de 2008 (R\$ 117 bilhões), é bastante superior. Trata-se de um quadro que também se vincula ao fato de que, adicionada às exonerações fiscais e aos subsídios do Estado aos planos privados de saúde (OCKÉ-REIS, 2015), tivemos a manutenção da EC 93/2016 no governo Bolsonaro, que estendeu a Desvinculação de Receitas da União (DRU), incidindo também sobre os estados, o Distrito Federal e os municípios até o ano de 2023, em um percentual de 30% sobre as contribuições sociais. No campo da saúde pública, tal processo aprofunda o subfinanciamento crônico do SUS, que, a partir do governo Temer, passa a ser desfinanciado. Trata-se de um movimento que, contudo, não está desvinculado do marco da totalidade, em um momento de crise do capital, com queda das taxas de lucro do capital produtivo, aprofundamento do autoritarismo e restrição de gastos públicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, objetivamos realizar uma análise sobre a forma como a crise contemporânea do capital afeta o regime político brasileiro e de que modo a ascensão de Bolsonaro ao poder impactou a saúde pública no Brasil. Ao procurarmos entender os fundamentos da crise capitalista, a partir de um norte teórico marxista, nós nos baseamos, sobretudo, em autores como Karl Marx, Michael Roberts, Michael Kliman e Alex Callinicos, de modo a compreender que a atual crise, na verdade, apresenta como elementos mais profundos aspectos relevados por Marx em “O Capital”, especialmente no que diz respeito à queda tendencial das taxas de lucros e às tendências e contratendências do modo de produção capitalista.

Observamos que o capitalismo não é uno em todas as formações econômico-sociais, acarretando assim processos embrionários, a partir das especificidades de cada uma das distintas formações. Em formações dependentes, como no caso da brasileira, entendemos que, devido

à nossa especificidade e inserção no modo de produção capitalista, o regime político que se processa em nossa realidade é, na maior parte do tempo, representado pela autocracia burguesa, que blinda o sistema político, de modo a impedir os anseios das classes trabalhadoras. No âmbito da saúde pública, mesmo com os avanços do SUS, percebemos o constante constrangimento à materialização desse sistema, expresso na ausência de recursos financeiros.

O panorama se aprofundou com a crise econômica de 2008 e a fragmentação da perspectiva petista em administrar o capitalismo dependente brasileiro com base na conciliação de classes. A mediação entre a insatisfação das massas diante da impossibilidade de manutenção do emprego, da renda e do consumo, aliada à crise orgânica brasileira, às forças centrípetas das frações burguesas e ao lavajatismo, ocasionou o golpe de 2016 e, no espaço aberto na política, propiciou a ascensão de figuras como Bolsonaro, eleito em 2018. A crise ainda acarretou, no campo da saúde pública, a promoção de ações como o Previne Brasil e o uso do orçamento extraordinário para a manutenção dos gastos com a pandemia de Covid-19 como uma janela de oportunidades para as frações rentistas do capital, sobretudo porque, nesse aspecto, abriu-se a possibilidade para a emissão de títulos da dívida que alimentam as amortizações e os juros da dívida, gerando um ciclo vicioso de subsunção do orçamento público à esfera do capital portador de juros.

Portanto, sem o encerramento do debate, avaliamos que a própria forma como o governo Bolsonaro realizou a gestão da pandemia de Covid-19 e a centralidade que o Brasil ocupou como um dos países com mais óbitos no mundo demarcam, a partir dos elementos concretos que possuímos, a forma como a autocracia burguesa no Brasil tem se manifestado em tempos de crise orgânica.

O quadro também delimita, em nossa perspectiva, os limites estruturais do SUS em um anseio reformista, tema que, em si, merece atenção do ponto de vista tático e estratégico sobre o questionamento a seguir: em que medida o SUS, da forma como foi concebido preliminarmente, tem plenas chances de se efetivar no contexto de um regime político brasileiro blindado às necessidades das classes trabalhadoras? É o dilema que se coloca para pensarmos em novas metodologias de análise e interpretação da realidade brasileira, que gira em torno de um SUS deformado e aberto à interpelação da acumulação capitalista.



## REFERÊNCIAS

BARBIERI, André Augusto de Paula. **Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: o PT, o Estado e o golpe institucional** (2019). 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29437?mode=simple>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. **Socialist Register**, Winnipeg, v. 55, p. 312-320, 2019. Disponível em: <<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/30951>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020**. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2021.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum** (Vitória), v. 13, p. 64-82, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i2.34166>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

CALLINICOS, Alex. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.

CARNUT, L.; MENDES, Áquilas; GUERRA, L. D. da S. Da pandemia ao pandemônio? Sistemas agroalimentares, coronavírus e Sistema Único de Saúde. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 126–145, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i2.32462. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32462>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CEPEDISA. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19**. São Paulo, 28 de maio de 2021. Disponível em: <[https://cepedisa.org.br/wp-content/uploads/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021\\_v3.pdf](https://cepedisa.org.br/wp-content/uploads/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v3.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2021.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, p. 35-67, 2005.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998) [Tese de Doutorado]. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

DEMIER, Felipe. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Orçamento projetado para 2021 revela modelo de Estado**. Auditoria Cidadã da Dívida. 16 de setembro, 2020. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/orcamento-projetado-para-2021-revela-modelo-de-estado/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. **Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020**. Auditoria Cidadã da Dívida, 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica**. Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Programa Roda Viva**. 69 minutos e 6 segundos (1994). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MQe35fx66lU>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Volume III**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.11-111.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. **Espaço e Economia**, nº 18, p. 225-244, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13257>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

KLIMAN, A. A grande recessão e a teoria da crise em Marx. In: **Outubro**, edição 24, 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista>>.

com.br/wp-content/uploads/2015/11/3\_Andrew-Kliman.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido**: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDES, Áquilas Nogueira. **A persistência da aniquilação da saúde pública na crise pandêmica do capital**: o neofascismo de Bolsonaro. Colóquio Internacional e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista (2021) (anais de evento). Universidade Federal Fluminense. Evento *on-line* (2021). Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/MMatual/anais2021.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MENDES, Áquilas Nogueira. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado** (2012). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/6/tde-25092019-083414/en.php>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Sustentabilidade do SUS e renúncia de arrecadação fiscal em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [*on-line*], 2018, v. 23, nº 6. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05992018>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORTIZ, Marília; FUNCIA, Francisco. **Desfinanciamento federal do SUS e o impacto nas finanças municipais**. Estadão. 17 de agosto de

2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/desfinanciamento-federal-do-sus-e-o-impacto-nas-financas-municipais/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PINTO, Eduardo Costa. **Taxa de lucro: 500 maiores empresas de capital aberto (2010-2020)**. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021. Facebook: eduardopintobr. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1284536008635945&set=pb.100012386741143.-2207520000.&type=3>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

ROBERTS, Michael. **Marx's theory of crises**. In: Roberts, Michael. *Marx 200 – a review of Marx's economics 200 years after his birth*. London: Lulu.com, 2018.

ROBERTS, Michael. **The Great Recession: Profit cycles, economic crisis. A Marxist view**. Book on Demand, 2009.

SANTANA, L. A. **Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do Partido dos Trabalhadores e no governo Lula (2003-2010)** (2018). 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2190>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SOUSA, Darcon. **Memória Episódica do Retrocesso Democrático Brasileiro**. 1ª ed. Campina Grande: Editora Leve, 2019.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.